

O processo de produção e reprodução social: trabalho e sociabilidade

“Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em razão indireta a desvalorização do mundo humano.” (Karl Marx)

Sara Granemann
Professora da Escola de Serviço Social da UFRJ – RJ
sgranemann@uol.com.br

1 Há diferenças entre trabalho e emprego?

Nos dias atuais, especialmente nas duas últimas décadas, no Brasil e no mundo, muitas páginas foram escritas sobre o fim do trabalho. A afirmação de que o trabalho acabou carrega consigo uma outra inferência com *status* de verdade irrefutável: já não haveria validade nas formas de organização típicas do trabalhadores e nem teria mais lugar para a construção da consciência e dos instrumentos políticos de luta dos trabalhadores: estaria, irremediavelmente, superada a possibilidade da *classe para si*.

Raciocínios como estes estão na base de numerosos embates teórico-políticos em curso na academia e na produção editorial, nos órgãos da grande mídia, nos discursos e nas políticas governamentais, na difusão do pensamento da grande burguesia por proeminentes intelectuais, nas elaborações das agências do grande capital, notadamente em relatórios do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional e da Organização Mundial do Comércio. Entre as conseqüências de impacto que estes juízos propiciaram está a recomendação de que '**reformas estruturais**' do Estado e das políticas sociais deveriam ser implementadas na direção de reduzir direitos do mundo do trabalho, ele mesmo em franca derrocada.

Em grande quantidade de textos e publicações trabalho e emprego são, equivocada e por vezes intencionalmente, compreendidos como sinônimos. Embora com evidentes relações, trabalho e emprego não podem ser reduzidos a uma e mesma coisa; aliás tal redução ideológica serve às conclusões apressadas que nos informam o fim do trabalho¹.

¹ Por ter aumentado a produtividade do trabalho e sua capacidade em gerar lucro para o capital é que se produz a eliminação de postos de trabalho. Conforme dados largamente comprovados, havia nos países capitalistas centrais, em 1996, oficialmente, 37 milhões de desempregados ao mesmo tempo em que as 147 pessoas mais ricas do mundo teriam uma fortuna acumulada de 1 trilhão de dólares, soma equivalente ao ganho anual total de quase três bilhões de habitantes do planeta ou a metade da população mundial. TOUSSAINT, Eric. **La bolsa o la vida**. Las finanzas contra los pueblos. 2. ed. Buenos Aires/Argentina: Editora, 2004.

Para Pochmann (2007), vive-se atualmente uma mudança da base técnica do trabalho quando a produtividade é fortemente elevada e a organização clássica do trabalho apresenta profundas alterações. Para o autor, a exigência de modificações postas pelo capital não faz o trabalho perder a centralidade, e tomar as mudanças tecnológicas que reduzem postos de trabalho como o fim do emprego seria criar uma falsa disjuntiva em cuja difusão há enorme do pensamento dominante para “que os trabalhadores aceitem os empregos possíveis gerados pela nova ordem econômica internacional ou, do contrário, a alternativa é o desemprego.” (POCHMANN, 2007)².

2 Trabalho e natureza humana

Terá mesmo o trabalho realizado pelos homens deixado de ser o sustentáculo na construção da natureza humana? A argumentação aqui desenvolvida sustenta: o trabalho continua a ser o eixo fundamental da sociabilidade humana; a dimensão capaz de criar uma *natureza humana*³, isto é, a atividade capaz de nos tornar seres portadores de uma natureza diversa da dos outros seres naturais (animais, aves e insetos) que, não obstante, desenvolvem trabalho com níveis diversos de sofisticação no âmbito do mundo natural.

² Conforme POCHMANN, Marcio. Entrevista. **Jornal da Unicamp**, São Paulo, edição 354, de 9 a 15 de abril. Disponível em: <www.unicamp.br/ju> Acesso em: 27 fev. 2009.

³ Por *natureza humana* reconhecemos no homem a constituição de uma sua segunda natureza que se eleva sobre a sua existência natural, biológica; esta, por assim dizer, caracteriza-se como a primeira natureza e é imprescindível para o desenvolvimento da natureza social, humana. A primeira, a natureza, é condição para que a segunda, a social, exista. Todavia, cada vez que os homens sofisticam a construção das relações sociais, humanas, históricas, mais distanciados estão da pura natureza biológica. Ocorre, porém, com a construção da sociabilidade, das relações sociais, que ela não se pode instilar, injetar na estrutura dos genes dos seres biológicos e, por essa razão, a natureza social dos seres, os desenvolvimentos sociais, humanos, podem sofrer reversões em situações especiais. Em uma palavra: o ser natural tornado social, humano, inserido em relações sociais pode agir, em dadas situações, exclusivamente como um ser natural já que a segunda natureza, a humana, não é um componente ‘genético’ de nossa natureza e, assim, situações limites podem ser canceladas. Ver especialmente:

MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social** – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

A concepção de trabalho como fundador da sociabilidade humana implica o reconhecimento de que as relações sociais construídas pela humanidade, desde as mais antigas, sempre se assentaram no trabalho como fundamento da própria reprodução da vida dado que, por meio de tal atividade, produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana.

A constituição do seres sociais tem no trabalho como ação orientada para um determinado fim o fundamento da natureza humana porque pela atividade laborativa os homens puderam diferenciar-se do mundo orgânico e, inclusive, passaram a submetê-la, a manipulá-la e a dela se distanciar com uma relativa autonomia; autonomia relativa posto que o ser social por mais avanços e conquistas que acumule no domínio e no controle da natureza não pode prescindir da base natural, genética que, por ineliminável, é a vida biológica. Sem a vida natural, sem a permanência desta dimensão, cancela-se o ser social e a existência mesma da sociabilidade.

Claro está que os processos de manipulação da natureza, em especial no modo de produção capitalista, não carregam a preocupação de preservar a vida já que a crescente conversão de todas as esferas da sociabilidade humana em processos apropriados pelo capital e tornadas mercadejáveis propiciaram incessantes produção e consumo de mercadorias que têm ameaçado de destruição o planeta⁴. Parâmetros tais convertem a ação laborativa em atividade que produz uma sociabilidade alienada porque exercida com o fito da mercantilização, exclusivamente com o objetivo de auferir lucros para o capitalista e, por essa razão, no modo capitalista de produção impôs-se aos homens forma particular de efetivação do trabalho.

⁴ É especialmente esclarecedor o texto de István Mészáros sobre a destruição do planeta levada a termo pelo capitalismo que passou da destruição produtiva para a produção destrutiva ao ponto de impor sérias ameaças a continuidade da vida na terra, com o apoio decidido das políticas destrutivas dos Estados. Ver: MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e estado capitalista. **Cadernos Ensaio**, São Paulo: Ensaio, 1989.

Todavia, antes de tomarmos em análise o trabalho na sociedade regida pelo capital, importa registrar: o homem é o *‘único animal que fabrica instrumentos’*⁵, pois com os meios de trabalho por eles construídos os homens obrigam a natureza a abastecer a sociedade; pelo trabalho humano a natureza é constrangida, dirigida a oferecer aos seres sociais elementos materiais que o trabalho converterá em bens para o provimento das necessidades sociais dos humanos. Com o desenvolvimento da natureza humana os homens obrigam-na a lhes dar os materiais necessários para a produção e reprodução da vida social; diferentemente do trabalho realizado por outros seres puramente naturais, o trabalho humano medeia as trocas metabólicas do homem com a natureza, produz novas experimentações para satisfação de novas necessidades e, também, a obriga a novas respostas. Ademais, como os demais seres orgânicos o homem igualmente apanha o que a natureza lhe dá.

O homem por ser o único animal que fabrica os seus instrumentos de trabalho alarga as suas potencialidades e pode realizar feitos que não poderia sem os instrumentos por ele fabricados. Tal capacidade estabelece firme distinção entre o trabalho humano e aquele desenvolvido por outros animais, já que o ato de planejar a execução de uma atividade – o próprio trabalho de criar um instrumento ou a transformação de uma matéria em outro objeto – exige do homem uma pré-figuração (teleologia), antes em sua consciência, do que irá executar para, então, em momento posterior, dar curso a uma ação e realizar o que fora pré-concebido.

Os animais jamais serão capazes de alterar conscientemente o processo de construção de suas atividades, de seus trabalhos. A abelha comparada ao arquiteto por Marx⁶, no ato de construção da colméia, de modo algum conseguirá igualar-se ao arquiteto por melhor que seja a execução de seu trabalho. A superioridade do arquiteto – ainda que muito mal

⁵ Ver Karl Marx, em especial o capítulo V, página 204, de MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. v. I.

⁶ Ver: MARX, Karl. op. cit., 1988, p. 201 e 202.

formado e com projetos de qualidade estética questionáveis, por exemplo – em relação à abelha é indiscutível porque para o arquiteto o projeto é um ato consciente enquanto a execução da colméia para o inseto é um ato biológico, muitas vezes condicionador da própria vida; um imperativo biológico que ao não se realizar pode fazer a vida da abelha cessar.

Assim, a concepção de trabalho diferencia-se e não se confunde com a de postos de trabalho – para o capital, emprego – porque o trabalho é criação, é motor de civilização e fonte de realização das potencialidades da natureza social do homem que ao criar o trabalho é recriado e modificado pela atividade a que deu vida.

3 O modo capitalista de produzir e o trabalho

A capacidade de produzir coisas pelo trabalho nas diferentes sociedades sempre esteve subordinada às relações sociais construídas pelos seres sociais, ainda que as justificativas para a permanência dos diferentes arranjos societários muitas vezes tenha invocado relações baseadas no sangue e na hereditariedade ou em divindades para explicar o poder e a realização da vontade das classes dominantes, em nome de relações que somente na aparência mistificadora por elas assumidas legitimavam a ordem social como natural e, portanto, não passíveis de transformações e de questionamentos.

No entanto, com o desenvolvimento do modo capitalista de produzir os bens necessários à vida humana, as relações sociais tiveram, contraditoriamente, de assumir seu caráter social e o trabalho passou a ser obra de contrato livremente acordado entre os homens sem outras mediações, como a herança genética, as divindades e os heroísmos outorgantes de lugares privilegiados nas diferentes estruturas sociais.

O contrato é estabelecido entre dois sujeitos no modo de produção capitalista do seguinte modo: de um lado, está o possuidor de dinheiro, dito capitalista, que precisa

encontrar no mercado uma mercadoria com características peculiares, especiais, de modo que as coisas produzidas no processo capitalista de produção tenham capacidade de, ao final, alcançarem mais valor do que aquele injetado pelo capitalista na produção no seu momento inicial; de outro lado, está a força de trabalho compreendida por Marx (1988, p. 187) como “o conjunto de faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie”⁷.

Ao estabelecerem relações sociais estes dois sujeitos – que aqui simbolizam relações e interesses de diferentes classes sociais – defrontam-se reciprocamente como possuidores de mercadorias, comprador e vendedor da força de trabalho. Nessa relação reside marca particular da sociedade capitalista: relações sociais são convertidas em relações econômicas quando a força de trabalho é cedida pelo vendedor (o trabalhador) ao comprador (o capitalista) como mercadoria, por tempo determinado sem que o vendedor renuncie a sua propriedade.

As relações sociais próprias do modo capitalista de produção de mercadorias são, como lembra Marx, produtos de um largo desenvolvimento histórico e econômico anterior que fez desaparecer todas as anteriores formas de produção social, para que se constituísse a força de trabalho livre. Em *O Capital* o trabalhador é livre⁸ em dois sentidos:

⁷ MARX, Karl. op. cit., 1988.

⁸ Em outra passagem de MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II, p. 829 e 830, temos:

“Duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de confrontar-se e entrar em contato: de um lado, o proprietário de dinheiro, dos meios de produção e de meios de subsistência, empenhado em aumentar a soma de valores que possui, comprando a força de trabalho alheia, e, de outro, os trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, de trabalho. Trabalhadores livres em dois sentidos, porque não são parte direta dos meios de produção, como escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção, como o camponês autônomo, estando assim livres e desembaraçados deles. [...] O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter esta dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos.”

[...] o de dispor como pessoa livre de sua força de trabalho como sua mercadoria, e o de estar livre, inteiramente despojado de todas as coisas necessárias à materialização de sua força de trabalho, não tendo além desta outra mercadoria para vender. (MARX, 1988, p. 189).

Estabelecida a relação entre comprador e vendedor da força de trabalho abre-se um novo período da história social humana no qual os bens necessários à vida humana também serão produzidos como mercadorias. Mercadejar com a força de trabalho é o ato inaugural da sociedade capitalista que deve se produzir e reproduzir constantemente, em escalas cada vez maiores, com a pretensão de estender-se para o conjunto da vida social e de todas as suas expressões⁹.

A resultante desta primeira compra e venda é a de que os produtos produzidos pela força de trabalho, no período em que está cedida ao capital, são mercadorias porque elaborados para serem vendidas pelo capitalista que, além de proprietário da força de trabalho em ação, é também o proprietário dos produtos construídos pela força de trabalho no tempo, ao longo da duração da jornada em que o trabalhador está sob o comando do capitalista, conforme o estabelecido no contrato firmado por ambos.

⁹ Aqui é suficiente mencionar as mais visíveis formas que o grande capital desenvolveu na busca de novos espaços para a sua valorização, para a produção do lucro: a privatização dos espaços públicos.

- a) Pela transferência ao capital de importantes e lucrativas propriedades estatais construídas com recursos do fundo público que serviram, inclusive, para a autonomização do capitalismo brasileiro quando o governo Vargas tomou como obra do Estado a construção da indústria de bens de produção nas décadas de 1930 e 1940, no que foi seguindo pelos demais ocupantes do Estado brasileiro.
- b) Pela privatização de parte importante das políticas sociais – como a de saúde e de previdência – e da proteção social da força de trabalho nas décadas desde o início dos anos de 1990 aos dias de hoje, ao transformá-las em negócios capitalistas operados por bancos e outras instituições financeiras;
- c) Pela metamorfose dos serviços públicos essenciais – de que são exemplos, a telefonia e o gás – em propriedade privada de grandes grupos empresariais aos quais o Estado apenas ‘regula’ por meio de ‘suas’ agências.

No processo produtivo o capitalista empenha-se em produzir mercadorias. Para Marx (1988, p. 41), “a mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia.”

4 Valor-de-uso, valor-de-troca e valor excedente

Na produção de mercadorias não importa ao capitalista o valor-de-uso dos seus produtos; o que o move para produzir mercadorias não é o *‘puro amor aos valores-de-uso’*. Como demonstrado em *O Capital*, pois o capitalista:

Produz valores-de-uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca. Tem dois objetivos. Primeiro, quer produzir um valor-de-uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado a venda, uma mercadoria. E segundo, quer produzir uma mercadoria de valor mais elevado que o valor conjunto das mercadorias necessárias para produzi-la, isto é, a soma dos valores dos meios de produção e força de trabalho, pelos quais antecipou seu bom dinheiro no mercado. Além de um valor-de-uso quer produzir mercadoria, além de valor-de-uso, valor, e não só valor, mas também valor excedente (mais-valia).” (MARX, 1988, p. 211).

Para Marx, o melhor de seu livro *O Capital* consistia na descoberta que fizera sobre o “duplo caráter do trabalho [...] conforme se expresse em valor de uso ou valor de troca” (NAPOLEONI, 1978, p. 128)¹⁰, processo este assumido pelas mercadorias, simultânea e constantemente, na produção capitalista:

¹⁰ Conforme NAPOLEONI, Cláudio; SMITH, Ricardo. **Marx**: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

a) valores-de-uso: porquanto terem os objetos utilidades, serem bens com qualidades específicas para satisfação de necessidades de qualquer natureza. Constituem o conteúdo material da riqueza; são mercadorias de diferentes qualidades produzidas por trabalhos humanos concretos que exigiram habilidades, conhecimentos, meios de produção particulares para a feitura de cada um dos distintos produtos, eles mesmos resultados particulares de muitos trabalhos. Se um produto do trabalho humano satisfaz necessidades é porque tem utilidade. O valor-de-uso é o conteúdo material da riqueza em qualquer sociedade, não importa que o produto seja pão ou droga, livro ou arma, e que sua utilidade no consumo leve à destruição; pouco importa ao capitalista seus apegos morais, os valores de uso são úteis! Por essa razão a referência ao valor-de-uso é a do diverso sobre o qual não há medida de comparação: trata-se de qualidade (característica, traço, propriedade, atributo) de um produto e, necessariamente, de variados trabalhos concretos.

b) valores-de-troca: por serem sempre resultados de trabalho diversos somente podem ser iguados se reduzidos todos a uma ***‘única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato’***. Como valores-de-uso, as mercadorias portam as quantidades de energia humana empregadas na sua elaboração e são sempre diferenciadas. Todavia, na sociedade capitalista, o conteúdo material da riqueza é veículo material do valor-de-troca e como trocar coisas de qualidades, traços, características tão distintas? Como trocar alimento por droga? Feijão por roupas? Em que proporção? Três peças de roupa por um saco de feijão? Como saber se é justa a troca? Como equivaler produtos tão diversos? Como saber se as quantidades trocadas são justas aos produtores nela envolvidos? As trocas entre mercadorias muito diferentes somente podem ser realizadas quando se encontra o que nelas há de comum para poder igualar-lhes: as quantidades. O que existe em comum entre o feijão e as roupas? Procuremos alguma propriedade física, geométrica, química ou qualquer outro atributo natural (conteúdo natural, valor-de-uso) em comum e concluiremos:

por este caminho não descobriremos nada, não encontraremos o que há em comum a não ser em grupos limitados de produtos. Entretanto, o problema permaneceria e não se poderia trocar a não ser de modo muito restrito. Como valores de troca as mercadorias só podem diferir na quantidade; quantidades de trabalho. Mas como é possível se os trabalhos são todos diferentes? Falamos do trabalho como dispêndio de energias físicas e mentais, de trabalho humano, abstrato e, assim, diferente somente nas quantidades envolvidas no processo de produção de cada uma das mercadorias.

Trabalho abstrato porque todos os diferentes tipos de trabalho foram produzidos pelo desgaste da força humana que se transformou pelo trabalho humano em valores, valores-mercadorias. Mas convém lembrar: o desgaste da força humana está contido nas mercadorias, no valor delas. Ao gerar mercadorias, essa força de trabalho foi corroída e produzida sob uma determinada relação social de produção, a capitalista. Aquela relação de produção na qual há proprietários dos meios de produção (a burguesia) e os proprietários da força de trabalho que operam em uma estrutura social que, ao reduzir os bens necessários à vida humana em mercadorias, edifica suas bases sobre a propriedade privada.

Numa sociedade orientada por um tal modo de produção, o arranjo produtivo faz os trabalhos privados de diferentes tipos atuarem apenas como partes componentes do conjunto, sem que a articulação da totalidade social seja efetivada pelos trabalhadores. Ao contrário, a soma das partes realiza-a o capital, inclusive como forma de elevar a produtividade e controlar os movimentos da classe trabalhadora para que ela não lute pela superação dessa condição de desumanização¹¹ do trabalho e dos trabalhadores.

¹¹ É na luta contra a desumanização do trabalho e do trabalhador que a obra de Karl Marx deve ser entendida. No capital um de seus esforços foi o de demonstrar que a metamorfose das relações sociais em relações entre coisas oculta relações reais existente entre pessoas. Sua dedicação em fazer com que as pessoas ativas se tornassem visíveis garantiu-lhe a atualidade da obra.

Na relação de venda da força de trabalho como uma mercadoria ao capitalista, muito embora o ser social não possa ser reduzido à mercadoria, para garantir a sua reprodução, para efetuar a compra dos meios de subsistência necessários a sua manutenção, o trabalhador aliena sua força de trabalho ao longo de uma jornada. No entanto, a jornada não findará quando o trabalhador tiver produzido o suficiente para a sua reprodução; o trabalhador não cessará de trabalhar quando tiver produzido os valores para a sua reprodução ou, conforme a alcunha típica do modo de produção capitalista, quando tiver produzido o suficiente para receber um salário. A jornada de trabalho para a qual o trabalhador foi contratado é, porém, maior do que o tempo de trabalho necessário para a reprodução da própria vida do trabalhador e é desta segunda parte da jornada de trabalho que brotará o 'segredo' da riqueza do capitalista. Para Marx (1988, p. 242),

O segundo período do processo de trabalho, quando o trabalhador opera além dos limites do trabalho necessário, embora constitua trabalho, dispêndio de força de trabalho, não representa para ele nenhum valor. Gera a mais valia, que tem, para o capitalista, o encanto de uma criação que surgiu do nada.

A essa parte do dia, Marx denominou-a tempo de trabalho excedente e ao trabalho realizado no período, trabalho excedente. Encarnadas nas mercadorias produzidas pelo trabalho excedente, produziu-se a mais valia, base do lucro do capitalista.

Na sociedade capitalista erigida sobre a sociabilidade das mercadorias produzidas para a troca, o trabalho não pode se realizar como fruição, como realização das capacidades humanas mais elevadas; ao contrário, o próprio trabalho aparece como geral, como relação social, apenas no ato das trocas. Nesse momento, as relações sociais, que sob o capitalismo foram libertadas dos atributos consangüíneos, hereditários e outorgados pela divindade e que saíram pela porta dos fundos quando da revolução burguesa, reaparecerão pela porta da frente porque há uma inevitabilidade de as relações sociais capitalistas aparecerem

como relações de trocas, entre coisas e não entre homens livres que produzem e partilham coletivamente da riqueza social.

Dado que as características de todo modo de produção social assentam-se primeiro na urgência de sua manutenção, obliterar as relações sociais de produção e tomá-las por relações entre mercadorias e o momento da troca como o máximo da sociabilidade é um importante conduto para a permanência do modo capitalista de produção. Para Marx (1988a, p. 659),

Qualquer que seja a forma social do processo de produção, tem este de ser contínuo ou de percorrer, periódica e ininterruptamente, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir nem de produzir. Por isso, todo processo social de produção, encarado em suas conexões constantes e no fluxo contínuo de sua renovação, é ao mesmo tempo processo de reprodução. As condições da produção são simultaneamente as de reprodução.

Da citação de Karl Marx pode-se inferir que:

- a) um processo de produção somente poderá ser assim denominado se ele se repetir, se for contínuo e sem interrupção;
- b) as sociedades humanas têm de produzir constantemente e consumir o que produzem; mas, além de consumirem o produzido as sociedades devem produzir em maiores quantidades e novas qualidades de mercadorias para criarem constantemente novas necessidades sociais;
- c) a necessidade de consumir e a criação de novas necessidades sociais alimentam o processo social de produção e o renovam constantemente, isto é, o reproduzem;

d) assim, não há como existir um processo social de produção apartado ou oposto à reprodução da vida social; produção e reprodução da vida social são momentos diferenciados de uma mesma forma social.

A conclusão de um ato de produção deve ser o ponto de partida da produção seguinte. Isto é, produzir é também reproduzir, criar as condições para que a produção se faça novamente sem que seja possível apartar a produção da reprodução como esferas autônomas no interior do modo capitalista de produção.

A sociabilidade contida em um modo de produção que transforma a tudo em mercadorias, a começar pela força de trabalho, tem como seu resultado relações sociais e a atividade laborativa mesma de produzir os bens e os produtos necessários à vida social, como algo penoso, alienado, no qual o próprio produtor não se reconhece nos frutos de seu trabalho.

Porém, é este trabalho alienado, é a força de trabalho em ação, cotidiana e continuamente desumanizada, expurgada do conteúdo de sua segunda natureza que, no modo capitalista de produção, é a base do desenvolvimento do capital. Este não existe senão no processo de produção do trabalho excedente¹², porque o processo imediato de produção do capital é, como indicou Marx, o processo de trabalho e de valorização que tem por resultado o produto-mercadoria e, por motivo determinante, a produção de mais valia.

Assim, o que reproduz o capital é o trabalho, tanto o que se cristaliza nas mercadorias como o que repõem os elementos do processo produtivo. É, sobretudo, no trabalho que é

¹² Ver: MARX, Karl. **Teorias da Mais Valia** – história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

produzido a maior parte do que lhe é pago, bem como o que é expropriado pelo capitalista do trabalhador, o que se denomina por mais valia.

É ao trabalho produtor de mercadoria que se imputa a reprodução do capital como força capaz de continuamente submeter a força de trabalho para que ela reproduza a totalidade da forma social de produção de mercadorias. Essa é a sociabilidade possível no modo capitalista.

5 De volta ao começo: o trabalho está morto?

O argumento até agora desenvolvido move-se na direção de demonstrar que a renovação do capital é possível tão-somente se a extração da mais valia se produzir e reproduzir em patamares cada vez mais elevados. A impossibilidade de extrair mais valia da força do trabalho é o que ‘fere de morte’, é o que pode romper a reprodução do capital por impedir o seu ininterrupto movimento de acumulação.

Em momentos nos quais a produção de algum capital individual ou de um conjunto de capitais alcança certos limites para sua reprodução ou noutras situações nas quais o capital-dinheiro é escasso e caro, o modo de produção capitalista encontra suas saídas e continua a sua marcha reprodutiva. Entre as ‘soluções’ figuram o crédito e a transformação dos grandes conglomerados industriais e financeiros em, por exemplo, sociedades anônimas que podem suprir ‘sem traumas’ as necessidades de expansão e de reestruturações produtivas dos capitais. Malgrado o desejo do capital de se autonomizar o trabalho – irrealizável já que vem daí o valor excedente –, as modernizações dos negócios capitalistas elevam a produtividade do trabalho, aumentam a exploração e, por dispensarem postos de trabalho, produzem o desemprego, mas não podem se desvencilhar da força de trabalho como mercadoria que sempre precisam comprar para reproduzir, repor o capital. Para Marx (1987, p. 420), em termos largos, “a reprodução compreende a da classe capitalista e

da classe trabalhadora (a conservação delas), por conseguinte também a do caráter capitalista da totalidade do processo de produção”¹³

Condenar o trabalho produtor de valor excedente ao desaparecimento equivale a banir, a superar o capital como organizador de uma certa sociabilidade, aquela referenciada na mercadoria.

Por fim, o que se quer validar com as teses declaratórias de que o trabalho chegou ao fim é uma velha, mas nem por isto menos vital, e contemporânea questão: a reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista está caucionada na riqueza fertilizada pelo trabalho não pago. Suprimi-lo é cancelar a sociabilidade característica do modo capitalista de produção. Tarefa primordial e plena de atualidade para os trabalhadores.

6 Outras palavras: trabalho produtivo/trabalho improdutivo

Antes de encerrar o texto urge mencionar um debate que em nada tem relação com as teses do fim do trabalho. Trata-se de polêmica desenvolvida no âmbito dos movimentos que buscam a emancipação humana pela superação do modo capitalista de produção e que, desde a feitura das novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, imantam também na profissão saudável e necessária controvérsia.

As mudanças profundas verificadas no processo de produção de mercadorias e na reprodução da sociabilidade burguesa impuseram significativas alterações nos processos de trabalho, nas formas de organização da classe trabalhadora e propiciaram importantes alargamentos da atividade ‘industrial’, privada, para esferas da vida social até então não colonizadas pela forma mercadoria.

¹³ Conforme MARX, Karl. Livro 2: O processo de circulação do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 5. ed. São Paulo: Difel, 1987. v. III.

No dizer de Mandel¹⁴, o modo de produção capitalista não somente reedita formas passadas de trabalho e de produção de mercadorias como as subordina e lhes confere novos lugares na ordem do capital, como também e, sobretudo, converte espaços da vida social e os subverte para lógica da mercadoria. Diz o autor que essas conversões não se verificam apenas nos primórdios da acumulação capitalista, senão que ocorrem também nos dias atuais.

Nos três livros que constituem *O Capital* e também em várias passagens de sua vasta e complexa obra, Marx se pronunciou sobre o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. Um exame das várias passagens sobre o tema em sua obra já seria suficiente para preencherem-se várias páginas e aqui não é disto que se trata.

O centro do debate é saber se novas atividades organizadas de modo capitalista, industrial, podem ser consideradas atividades produtivas já que não produzem as mercadorias clássicas da fábrica fumacenta e são, ao contrário, oferecidas como valores-de-troca em ambientes assépticos como os grandes hospitais privados que mercadejam com a doença ou em seitas religiosas – cujos templos lembram as grandes fábricas com plantas enormes anteriores às enxutas fábricas que, por operarem em ‘rede’, podem ser dispersas e fragmentados não somente por múltiplos edifícios como também por diferenciados lugares do planeta – que juntas detêm considerável número de veículos de comunicação para a produção de jornais (valores-de-troca, próprios à satisfação da fantasia de um mundo divino) que são vendidos aos milhares em todo o mundo.

Em algumas passagens de *O Capital* tais observações poderiam ser peremptoriamente refutadas por equivocadas. Em outras, porém, dirá Marx (1988a, p. 584):

¹⁴ MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas). Consultar especialmente o capítulo **A Estrutura do Mercado Mundial Capitalista**, páginas 30, 31 e 32 relativas à presente ‘acumulação primitiva’, típica do modo de produção capitalista.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital. Por isso não é mais suficiente que ele apenas produza. Ele tem de produzir mais valia. Só é produtivo o trabalhador que produz mais valia para o capitalista, servindo assim à auto-expansão do capital. Utilizando um exemplo fora da esfera da produção material: um mestre-escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola. Que este inverta seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa de fazer salsicha, em nada modifica a situação. O conceito de trabalho produtivo não compreende apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também em uma relação de produção especificamente social, de origem histórica, que faz do trabalhador o instrumento direto de criar mais valia. (grifos adicionados)¹⁵

Parece-nos que ampliações tais na compreensão do trabalho produtivo adicionaram complexidade ao longo da obra marxiana, especialmente porque seu método de captura do real exigiu-lhe fidelidade aos novos fenômenos surgidos no seu tempo. A imposição de formulação sobre o novo, como em muitas outras passagens quando antecipou desdobramentos da sociabilidade burguesa ainda não inteiramente realizadas, lhe permitiu – sem que isso fosse uma contradição – agarrar as múltiplas dimensões da acumulação capitalista e, assim, da produção de sobre-trabalho na totalidade social capitalista. Não se pode atribuir a essas ‘diferenças’ existentes na formulação de Marx o sentido de contradições decorrentes da impossibilidade de uma revisão completa de sua obra para a

¹⁵ MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II.

edição que o autor não pode realizar já que a morte lhe colheu antes que pudesse findar tão gigantesca tarefa.

A vitalidade da obra marxiana em alumiar a sociabilidade de nossos dias é muito importante, pois:

- primeiro, na até hoje insuperável capacidade de nos ter revelado o *'duplo sentido do trabalho'* e todas as consequência que daí decorrem, fundantes da produção e da reprodução capitalista e que os novos e importantes fenômenos surgidos desde então não foram capazes de alterar o que lhe é imanente; ao contrário, a incessante produção do novo não tem outro estatuto senão propiciar a reprodução do mesmo;
- segundo, na genial formulação lukácsiana¹⁶ que indicou: mesmo se a teoria social de Marx fosse infirmada pela trajetória do modo de produção capitalista, o autor ainda seria digno de figurar entre os grandes formuladores do pensamento humano por ter-nos legado o método dialético de apreensão do real que pôs em questão o próprio modo de produzir conhecimento sobre as relações sociais de nosso tempo.

O debate em torno do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo nos parece excepcional chave para, fiéis à ortodoxia marxiana sublinhada em Lukács, combatermos as teses capitalistas de que o trabalho chegou ao fim e para capturarmos os matizes e os fenômenos vigorosamente inventados e reinventados pelo modo capitalista de produção na manutenção de sua sociabilidade.

¹⁶ Conferir o texto LUKÁCS, Georg. O marxismo ortodoxo. In: NETTO, José Paulo. **Coleção Grandes Cientistas Social**. São Paulo: Ática, 1981.



De nosso lado, para a força de trabalho, importa reconhecer a fundo os complexos meandros desta sociabilidade¹⁷ para apressar a sua superação.

¹⁷ Importante e fundadora contribuição para a compreensão da sociabilidade burguesa no Brasil foi realizada no texto de IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

Referências

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social**. São Paulo: Cortez, 2001.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do ser social** – os princípios ontológicos fundamentais de Marx. São Paulo: LECH, 1979.

_____. O marxismo ortodoxo. In: NETTO, José Paulo. **Coleção Grandes Cientistas Social**. São Paulo: Ática, 1981.

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas.)

MARX, Karl. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988. v. I.

_____. Livro 1 – O processo de produção do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 12. ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988a. v. II.

_____. Livro 2: O processo de circulação do capital. In: **O Capital** – crítica da economia política. 5. ed. São Paulo: Difel, 1987. v. III.

_____. **Teorias da Mais Valia** – história crítica do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MÉSZÁROS, István. Produção destrutiva e estado capitalista. **Cadernos Ensaio**, São Paulo: Ensaio, 1989.

NAPOLEONI, Cláudio; SMITH, Ricardo. **Marx**: considerações sobre a história do pensamento econômico. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

POCHMANN, Marcio. Entrevista. **Jornal da Unicamp**, São Paulo, edição 354, de 9 a 15 de abril. Disponível em: <www.unicamp.br/ju> Acesso em: 27 fev. 2009.

TOUSSAINT, Eric. **La bolsa o la vida**. Las finanzas contra los pueblos. 2. ed. Buenos Aires/Argentina: Editora, 2004